

## ANTROPOLOGIA E FEMINISMO: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA NA SOCIEDADE

Gabrielle Aparecida Martins<sup>1</sup>  
Joel Cezar Bonin<sup>2</sup>

Recebido em 04/11/2020  
Aceito em 10/08/2021

### RESUMO

A pesquisa em questão pretende debater a antropologia e sua relação com o feminismo, demonstrando como essas vertentes se diferenciam, necessitando atentar-se sobre a questão das mulheres e o seu trabalho dentro da ciência da Antropologia. O problema da pesquisa gira em torno da importância de definir um termo que envolva as mulheres em relação aos estudos sociais. O objetivo geral do trabalho é pontuar um debate acerca da antropologia e do feminismo. A presente pesquisa é considerada, exclusivamente, de cunho bibliográfico, a qual se utiliza de vários autores, que abordam o assunto de maneira enriquecedora, buscando delimitar as questões da Antropologia, feminismo e a ideia do neologismo da “Antropologia Feminina”. Os resultados desejados foram alcançados, visto que, com a pesquisa aprofundada sobre o tema em pauta, pode-se compreender melhor a necessidade do desenvolvimento de um novo termo que coloque as mulheres como elementos principais nos escritos antropológicos.

**PALAVRAS CHAVE:** Antropologia. Feminismo. Antropologia Feminista.

### ANTROPHOLOGY AND FEMINISM: A NECESSARY DISCUSSION IN SOCIETY

#### ABSTRACT

The research in question intends to debate anthropology and the relationship with feminism, demonstrating how these aspects differ, needing attention to the issue of women and their work within Anthropology science. The research problem revolves around the importance of defining a term that involves women in relation to social studies. The general objective of the work is to punctuate a debate about anthropology and feminism. The present research is considered, exclusively, of bibliographic nature, in which it uses several authors, who approach the subject in an enriching way, seeking to delimit the issues of Anthropology, Feminism, Female Anthropology and the idea of the neologism of "Female Anthropology". The results were achieved, since, with in-depth research on the topic at hand, one can better understand the need to develop a new term that places women as the main elements in anthropological writings.

**Keywords:** Anthropology. Feminism. Feminist Anthropology.

### 1 INTRODUÇÃO

A Antropologia é uma ciência que possui uma gama de áreas de investigação, as quais tem o intuito de compreender as sociedades humanas e suas particularidades. Ela é classificada em quatro

1 Acadêmica do Curso de Direito da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP.

2 Doutor em Filosofia pela PUC-PR. Professor do PPGEB, da UNIARP, Caçador-SC.

áreas principais, que podem ser descritas como: biológica, filosófica, cultural e jurídica.

Na Antropologia, o objeto de estudo passa a ser a forma como os indivíduos vivem, as suas crenças, mitos e a sua maneira de desenvolver e criar universos particulares. Por conta da maioria dos escritos que abordam a Antropologia serem redigidos por homens, a presente pesquisa tem como objetivo principal desenvolver uma discussão acerca da relação do feminismo com a Antropologia.

A escolha do tema ocorreu pelo fato de se perceber o quanto a figura feminina precisa alcançar o seu espaço nos estudos antropológicos, visto que urge cada vez mais uma necessária modificação em relação às mulheres e sua atuação na área da Antropologia, que fomentem discussões que auxiliem o meio acadêmico a visualizar a importância da criação um novo termo que possa abranger as mulheres no campo de estudos sociais.

A pesquisa se configura como sendo de cunho bibliográfico, com abordagem qualitativa e objetivo descritivo. Para encontrar os textos usados para o desenvolvimento do artigo foram utilizados os seguintes descritores: Antropologia; Feminismo; Antropologia Feminista.

O primeiro tópico traz informações acerca da Antropologia em geral, dissertando sobre a origem do termo. A partir do segundo tópico, são abordadas as vertentes que fazem parte dos estudos antropológicos, no qual será descrito as principais vertentes e sobre a representação de cada uma. Para concluir, o terceiro tópico elenca o feminismo e a antropologia feminista.

## **2 ANTROPOLOGIA**

A Antropologia é uma área da ciência que estuda os seres humanos, sob um prisma amplo, buscando compreendê-los a partir do seu comportamento. De acordo com Queiroz (2011), a Antropologia surgiu no fim do século XVIII, na Europa, com o intuito de estudar o homem, pois o mesmo se difere dos outros animais e é um ser capaz de construir um universo que abrange uma ampla diversidade de culturas, mitos e religiões.

No decorrer do surgimento da Antropologia, houve a necessidade de um polimento do termo, que ocorreu de forma lenta e por meio de questionamentos e observações que circulavam com o objetivo principal de compreender a diversidade humana. A questão matriz norteadora, que contribuiu para moldar os conhecimentos que desenvolveram a área da Antropologia, se localiza na busca de um lugar para o homem na escala zoológica (QUEIROZ; SOBREIRA, 2016). Os autores salientam ainda que a supracitada ciência, apresentou a posição do Homem por meio das escalas, parâmetros e conceitos estabelecidos. Essa definição “comprovaria e determinaria ao que se cabe à categoria Homem, e por conseguinte, de humano” (QUEIROZ; SOBREIRA, 2016, p. 28).

Conforme afirma Feldens, Fusaro e Carvalho (2018), a Antropologia possui um papel

importante dentro dos estudos proporcionados pela Ciência Social, visto que pretende abordar o indivíduo de forma totalizada, compreendendo-o por meio da sua cultura, e buscando reconhecê-lo a partir de seus hábitos, valores, crenças, hierarquias, dentre outros aspectos.

Ao abordar sobre a antropologia dentro do contexto das Ciências Sociais, é frequente que se entenda que ela estuda os povos chamados de “primitivos”, contrapondo a sociologia, que estudaria o homem “civilizado” contemporâneo. Entretanto, para se compreender melhor essas generalizações, é necessário entender melhor a trajetória da construção dos saberes ligados às ciências sociais (RECHENBERG, 2013).

A antropologia, de fato, começa seus debates com o questionamento sobre o que é o homem, isto é, o enigma do homem, sendo que a própria etimologia da palavra sugere este entendimento: do grego antigo, *Anthropos* (homem) e *Logos* (estudo, ciência, conhecimento). Contudo, se a antropologia busca apenas a investigação das sociedades primitivas, não haveria razão para sua existência na contemporaneidade (LAPLATINE, 1988). Todavia, a antropologia permanece viva como fonte de pesquisa das sociedades complexas, marcadas pela diversidade sociocultural.

Em meio a essa questão da antropologia como uma ciência à beira da extinção, o antropólogo Evans-Pritchard, afirmou que a disciplina não estudava povos, e sim problemas. Posteriormente, corroborando com este pensamento, o antropólogo Claude Lévi-Strauss, em seu artigo intitulado “A crise moderna da antropologia”, de 1962, afirma que o processo de diminuição dos povos primitivos não coloca em risco o futuro da disciplina, uma vez que ela não trata de um objeto concreto, mas sim de um olhar que se volta para a questão da diferença. Neste sentido, soma-se à definição da antropologia como o estudo do homem, o interesse pelas diferenças culturais, ou seja, ela se dedica,

[...] ao estudo de grupos e fenômenos sociais muito variados, oferecendo um amplo leque de temáticas e possibilidades de investigação aos pesquisadores, tais como relações étnicas e raciais, meio ambiente, patrimônio, identidade e etnia, grupos indígenas, territorialidade, tribos e sociabilidades urbanas, imagem, comunidades rurais, religiosidades, política, corpo e saúde, gênero e sexualidade, globalização e consumo, ética, instituições jurídicas e formas de regulação social, migrações, educação, ciência, entre outros (RECHENBERG, 2013, p. 15).

Desta maneira, discute-se a seguir as principais vertentes da antropologia, sendo a elas, a Antropologia Filosófica, Cultural, Biológica e Jurídica, a fim de evidenciar a ampla área de atuação da disciplina.

### 3 PRINCIPAIS VERTENTES DA ANTROPOLOGIA

#### 3.1 ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA

A preocupação de se fundamentar uma teoria acerca dos atributos do homem esteve presente desde os primórdios do pensamento filosófico. Um dos grandes pensadores da história da filosofia que se preocupou com o homem foi Sócrates, que abordou muito mais as questões ligadas às formas de conhecimento e não às fontes do conhecimento. Os predecessores de Sócrates se preocupavam com a origem das coisas, enquanto ele, queria propor um método de investigação chamado de maiêutica: uma forma de descobrir o conhecimento através do próprio indivíduo. Entretanto, a antropologia como uma área filosófica no mundo moderno ressurgiu com os estudos de Emmanuel Kant, na sua obra “*Antropologia do ponto de vista pragmático*”, de 1778 (MONDIN, 1986). Quanto ao tema e ao conteúdo do livro, o próprio Kant nos esclarece desde o início do sucinto prefácio:

Uma doutrina do conhecimento do homem considerado sistematicamente (antropologia) pode ter um ponto de vista fisiológico ou então pragmático. O conhecimento fisiológico do homem tende à exploração daquilo que a natureza faz do homem, o conhecimento pragmático daquilo que o homem, enquanto ser livremente ativo, faz ou pode ou deve fazer de si mesmo. (KANT, 2006)

Segundo Mondin (1986), a antropologia filosófica busca uma resposta total, completa e exaustiva para esclarecer plenamente o que é o homem em seu todo, ou seja, o que ele é efetivamente além das aparências. Assim, a disciplina tem objetivo de responder de maneira completa a seguinte indagação “o que é o homem?”, considerando os aspectos ambientais e secundários que o rodeiam, isto é, o homem em sua totalidade.

Jolif (1970), por outro lado, entende que o homem não pode ser compreendido em um conceito, já que é impossível abarcar todas as vicissitudes que o cercam e, desta forma, a antropologia sob o viés filosófico tem a função de estruturar, pressupor e formalizar o discurso a respeito das manifestações humanas.

O autor ressalta que o discurso filosófico deve se ater em tratar das questões que abordam sobre o homem partindo de categorias, e não conceitos, já que se entende que categoria é uma estrutura formal de reflexão antropológica. Assim, as categorias apresentam-se como ferramentas teóricas de reflexão, não perdendo de vista os limites que cercam o discurso sobre o homem (JOLIF, 1970).

### 3.2 ANTROPOLOGIA BIOLÓGICA

A trajetória da antropologia biológica remonta aos séculos XVIII e XIX, tendo como epicentros a Europa e Estados Unidos. Todavia, apenas no início do século XIX houve um maior delineamento da área, com a criação de associações especializadas sobre o assunto. De maneira geral, pode-se afirmar que essa vertente da antropologia busca investigar a formação do ser humano nas sociedades primitivas, determinando os fatores que levaram o desenvolvimento de determinadas características físicas e atributos (SANTOS, 2011).

Conforme Gaspar Neto (2017), existem quatro aspectos comuns nos percursos históricos da antropologia biológica, ou bioantropologia, nos mais diversos países ao redor do mundo, sendo eles:

[...] a) a centralidade concedida à ideia de “raça” para explicar não apenas a diversidade biológica, mas, também, as diferenças psicológicas e culturais entre as diferentes sociedades humanas, no tempo e no espaço; b) também a recorrência à essa mesma categoria, “raça”, de modo a balizar e orientar discussões e intervenções sociopolíticas em diferentes contextos e escalas – dos projetos de Estados-Nações ao colonialismo; c) a preocupação quase absoluta com a mensuração e descrição dos materiais antropológicos, principalmente crânios; d) as relações conflituosas com as cada vez mais proeminentes proposições teóricas que se desenvolveram na biologia evolutiva a partir do impacto ocasionado pela publicação de *A origem das espécies* (1859), de Charles Darwin (GASPAR NETO, 2017, p. 22).

De acordo com Gaspar Neto (2011), essa antropologia biológica com forte ligação com a questão racial perdurou até meados do século XX, quando o antropólogo norte-americano Sherwood Washburn publicou um artigo defendendo a substituição das discussões exclusivamente tipológicas e descritivas por uma que fosse mais explicativa, advindas da biologia evolutiva, além de uma maior aproximação com as ciências sociais e a substituição da categoria “raça”, com alto viés fenotípico, pela categoria “população”. O autor comenta que, embora essa substituição ocorra de maneira gradual, sobretudo no que concerne ao viés racial da disciplina, pode-se observar uma grande distinção entre a bioantropologia contemporânea com a que surgiu no século XVIII.

### 3.3. ANTROPOLOGIA CULTURAL

A antropologia cultural, dentre as áreas da antropologia, é uma das que se mostra mais ampla, já que abarca tudo o que constitui uma sociedade, como a sua produção econômica, organização política e jurídica, sistema de conhecimento, crenças, valores, criações artísticas, entre outros. Laplatine (2003), define a antropologia cultural como a ciência que estuda o social

---

em sua evolução, sobretudo no que tange aos processos de difusão, contato, interação e aculturação, ou seja, de adoção das normas de uma cultura por outra.

Ao tratar da antropologia cultural, faz-se necessário comentar sobre Franz Uri Boas, um dos primeiros antropólogos a organizar e sistematizar o conceito moderno de cultura. De acordo com Cunha (2011), Boas enfatiza a ideia que a diferença entre os grupos humanos não está em sua raça, mas sim em sua cultura, além de evidenciar que não há diferença de “natureza” entre povos primitivos e contemporâneos, mas sim diferenças culturais adquiridas e, portanto, não inatas. Destaca-se a sua contribuição no abandono do conceito de “raça” nos estudos dos comportamentos humanos. Com a influência de Boas, o conceito de cultura, sobretudo nos Estados Unidos, passou a ser associado a um desenvolvimento particular de uma população.

#### 3.4. ANTROPOLOGIA JURÍDICA

A antropologia jurídica, em suma, é uma ciência que investiga o direito das sociedades primitivas ou simples, demonstrando a sua utilidade ao permitir evidenciar e entender o direito que se apresenta encoberto pelos códigos. Também, pode-se dizer que possui utilidade de preparar e alertar a sociedade para a aceitação de evoluções jurídicas que se encontram em curso, caracterizada por um movimento de flexibilização de punições, como as transações ou mediações ao invés de julgamentos, visto que tais procedimentos já eram empregados em sociedades ditas primitivas (ROULAND, 2003).

Embora a antropologia jurídica possua a intenção de estudar os direitos das sociedades primitivas, Santos (1988) comenta que a partir da década de 1960, passou-se a ter maior interesse nos estudos contemporâneos de Direito, colocando em evidência um fenômeno intitulado de “pluralismo jurídico”. O pluralismo jurídico diz respeito a existência de mais de um direito ou ordem normativa em um mesmo recorte geográfico, já que as contradições se aglomeram na criação de espaços sociais segregados, ou seja, há uma administração jurídica paralela à administração estatal. Assim, também se faz necessário entender a dicotomia entre a justiça estatal e justiça comunitária (ASSIS; KUMPEL, 2017).

Quando se fala em justiça estatal, entende-se que se trata de um instituto com maior poder coercitivo, mais legalista e formalista, elitista e autoritário, tendo suas práticas embasada pela articulação de três componentes: burocracia, retórica e violência. Em paralelo a este modelo, existem os modelos alternativos que a tornam mais rápida, barata e acessiva, sendo que a justiça comunitária pressupõe a conciliação e a mediação por meio de instituições e instâncias descentralizadas e informais, substituindo ou complementando o modelo formal

(SANTOS, 1988).

#### 4 ANTROPOLOGIA E FEMINISMO

A discussão acerca da Antropologia e sua relação com o feminismo é algo que compõe um debate inovador, visto que há poucas mulheres que discutem esse assunto e tem seus relatos escritos em livros, sob um ponto de vista feminino. Diante de um sistema de gênero movido por sua natureza patriarcal, o masculino é ovacionado, sendo colocado em uma posição de superioridade e positividade em relação ao feminino.

Sendo assim, é importante determinar primeiramente, alguns aspectos relativos ao movimento feminista e como a sociedade enxergava e ainda enxerga a figura da mulher.

Segundo Adriana Lopes de Araújo (2012), percebe-se que as mulheres sempre foram vistas como figuras marginalizadas e sem direito algum de voz, e isso se deve ao fato de serem vistas como seres frágeis e incapazes de sobreviver fora do domínio patriarcal, provocando assim uma anulação de sua identidade. A autora também comenta que a tradição histórica e social colocou a mulher como secundária na sociedade, pois ela era responsável pelos afazeres domésticos e pela educação dos filhos, sendo sempre condicionada a apropriar-se dos “papéis sociais preestabelecidos”. A sociedade movida pela cultura patriarcal não considerava oferecer oportunidades para as mulheres, pois tinha receio do que isso poderia causar, visto que se defendia que todos os âmbitos sociais deveriam ser dominados pelo homem.

O papel das mulheres é determinado pelas estruturas estabelecidas na sociedade, em especial a econômica, que denota interesse em manter a mulher em casa, educando os filhos e cuidando dos serviços do lar, para que assim não ocorram mudanças na ordem social. Por essa razão, a escolarização das mulheres foi negada ao máximo, pois a base patriarcal reconhecia o quanto o conhecimento seria um recurso facilitador para que a figura feminina se emancipasse e atingisse sua liberdade (JACOMEL; PAGOTO, 2008).

Aos poucos esse cenário se modifica e, conforme pontuam Santos Farias e Santos (2015), no final do século XIX e início do século XX, com a introdução das mulheres no mercado de trabalho, principalmente trabalhando como professoras das escolas primárias, já que eram consideradas aptas a estabelecer o cuidado e ensino para crianças, ocorreu a construção de âmbitos voltados para a docência feminina. A partir desse momento, acontece, de forma vagarosa, uma nuance de mudanças, através da educação, entretanto,

A entrada da mulher no mercado de trabalho representava duas posições na regência da sociedade, uma em que ela era admirada e a outra, totalmente oposta, em que ela

---

era um perigo, pois uma mulher escolarizada iria buscar com veemência a garantia dos seus direitos e sair da submissão dos dominantes machistas, além de conquistar prestígio e assumir cargos importantes (SANTOS FARIAS; SANTOS, 2015, p. 4).

Esse receio atrapalhou por muitos anos a ascensão feminina, pois as mulheres não poderiam ter direitos iguais aos dos homens, já que havia grande preocupação de que elas dominassem os ambientes políticos, econômicos e culturais.

Com o passar dos anos, os movimentos feministas, amparados nas teorias de gênero, buscaram identificar e responder os problemas que a figura feminina sofria, criando oportunidades para que as mulheres superassem e se livrassem dos moldes impostos. Sendo assim, as mulheres passaram a repensar os seus lugares dentro do meio social e a reafirmar seus valores e ações, expondo-as ao mundo para subverter a ótica prevalecente. Assim, ao enfrentarem as mordidas que as calaram durante séculos, as mulheres conquistaram espaços em diversos setores da sociedade, tornando-se, finalmente, donas de si e das suas histórias, muito embora não tenha sido o fim do pensamento conservador e patriarcal, que ainda está em regência em muitas comunidades ao redor do mundo.

Ao longo da história, é possível afirmar que as mulheres pouco a pouco saíram do lugar de inferioridade, na qual estavam subjugadas e aos costumes patriarcais da sua época e começaram a lutar por seus ideais. Críticos e teóricos que contribuíram para a história do feminismo, afirmam que esses avanços cada vez mais impulsionaram as mulheres a colocar em prática seus desejos e autonomia. A feminista Simone de Beauvoir (2016, p.13) aponta: “colocaremos a mulher num mundo de valores e atribuiremos a suas condutas uma dimensão de liberdade.”. É essa liberdade que as mulheres sempre buscaram e buscam ainda na atualidade.

Sabe-se que a mulher sempre sofreu preconceito e foi impedida de realizar alguns atos, como por exemplo, o de exercer sua cidadania e ganhar dinheiro por sua conta. É comum, ainda hoje, que a mulher seja vista como o sexo frágil, não tendo a possibilidade de atuar em tarefas sociais da mesma forma que os homens. Entretanto, muitas mulheres, percebendo que poderiam ser mais fortes e assumir novos papéis na sociedade, procuraram modificar esse quadro, lutando para propagar melhores condições para o universo feminino.

Segundo Carvalho,

Historicamente, o poder sempre foi praticado e exercido pelos homens, pois as mulheres eram consideradas subalternas, devendo obediência e respeito às pessoas do sexo masculino. Esse processo envolve relações de gênero porque as relações existentes são desiguais, ocorrendo uma forma de dominação patriarcal dos homens sobre as mulheres, em um modelo masculino de dominação, tanto na esfera privada (ambiente familiar), quanto na esfera pública (organizações que envolvem o trabalho).

---

(CARVALHO, 2011, p. 145)

Ou seja, as mulheres eram vistas como desiguais em relação aos homens, sendo dominadas pelos seus parceiros, não sendo vistas como pessoas e sim como uma espécie de propriedade. Apesar disso, as mulheres não tinham essa consciência de subordinação e não se sentiam em situação de dominação e, por essa razão, mantinham as coisas em ordem em casa, cozinhando, cuidando dos afazeres domésticos em geral sem ter noção de que eram tratadas como inferiores (CARVALHO, 2011). O sociólogo alemão Max Weber aborda o tema da relação entre poder e dominação em suas obras,

Na teoria weberiana sobre a organização da sociedade, é simples a diferença entre o poder e a dominação. Esses dois elementos são como dois polos de uma mesma concepção: o poder é uma espécie de emissão, enquanto a dominação é uma espécie de recepção. Enquanto o poder é o exercício da vontade sobre os indivíduos, a dominação é a aceitação e a subordinação dos indivíduos ao poder exercido por alguém. Desse modo, a legitimidade do poder é conferida pelas formas de dominação legítimas, ou seja, se os indivíduos aceitam certos tipos de poder exercidos por alguém, esses próprios indivíduos conferem a legitimidade da dominação e, conseqüentemente, do poder que alguém exerce. (PORFÍRIO, site Brasil Escola, 2020)

Outrossim, é necessário compreender que o feminismo teve suas divisões, delimitando objetivos iguais (buscando a igualdade), mas com propostas diferentes em relação às lutas,

A história do feminismo é dividida em dois períodos, a “primeira geração” que vai dos anos de 1860 até 1920, representada basicamente pela igualdade dos direitos e movimentos reformistas; e a “segunda geração”, que teve maior força no final da década de 1960. Neste período, os movimentos feministas caracterizaram-se por duas correntes: a primeira enraizada pela igualdade dos direitos, preocupada em eliminar a subordinação e discriminação contra as mulheres, tanto no âmbito privado quanto no público. A segunda caracterizou-se pela tendência à emancipação das mulheres e a sua participação política, sob uma mudança social radical (CARVALHO *apud* HERNANDEZ, 2007, p. 2).

O feminismo foi marcado por três tendências que possibilitaram o desenvolvimento do movimento feminista no Brasil. “A primeira tendência teve como foco o movimento sufragista liderado por Bertha Lutz. Denomina-se essa tendência de feminismo ‘bem comportado’ para sinalizar o caráter conservador desse movimento, o qual não questionava a opressão da mulher” (PINTO *apud* OTTO, 2004, p. 39). Nesse primeiro momento da tendência feminista, as mulheres se preocupavam com o direito ao voto, porém conservando a estrutura de controle patriarcal intacta.

A segunda tendência do feminismo é descrita como sendo, o [...] feminismo “malcomportado”, vertente que reúne uma gama heterogênea de mulheres (intelectuais, anarquistas, líderes, operárias) que além do político, defendem o direito à educação [...]

abordam temas que para a época eram delicados, como por exemplo, a sexualidade e o divórcio (PINTO *apud* OTTO, 2004, p. 239).

Continuando, a terceira tendência se denomina “o menos comportado dos feminismos”, se manifestando no movimento anarquista e no partido Comunista, com a liderança de Maria Lacerda de Moura (PINTO *apud* OTTO, 2004).

Com a abrangência que o movimento feminista alcançou, e continua alcançando, torna-se uma luta social de ampla importância, pois tem a intenção de enaltecer a figura feminina e garantir que as mulheres ocupem todos os espaços na sociedade.

Em relação à Antropologia relacionada ao feminismo, de acordo com Fernandes, “No bojo do deslocamento das Ciências Sociais e Humanas na América Latina de um campo eminentemente neutro para um campo em que convivem perspectivas neutras e engajadas, surge a Antropologia Feminista”. (FERNANDES, 2017, p. 5)

A Antropologia surgiu no campo feminista nos anos de 1970, no qual, havia uma preocupação com a “mulher” e o “gênero”, que foi nomeada de Antropologia Feminista. A autora pontua que o campo feminista em conjunto com a sua especificação, não atingiram os deslocamentos desejados na disciplina antropológica, pois o feminismo e a antropologia são duas vertentes que enxergam o mundo de forma diferenciada, que são denominados pela autora, como *vizinhos em conflito* (STRATHERN, 2009).

Na discussão acerca da Antropologia e do feminismo, existem algumas informações que geram uma dualidade de opiniões, e segundo pontua Maizza, deve-se observar que a maioria das pesquisadoras que compõem os trabalhos associados a Antropologia são feministas e se autodeclaram assim, e dessa maneira,

Dizer que o debate feminista nada trouxe à antropologia é “um escândalo não trivial”, tomando de empréstimo a expressão de Haraway (2004). E mais do que isso, é uma forma de perpetuar um tipo de pensamento masculino que multiplica os escritos sobre os ‘homens’ e seus feitos, algo cuja eficácia vem se esgotando em um mundo que tem se revelado cada vez mais “pós-gênero”. (MAIZZA, 2017, p. 130)

Ou seja, para Maizza (2017), não reconhecer a importância do feminismo e das escritoras antropólogas é ajudar a corroborar com um pensamento machista, que não valoriza os escritos das mulheres, uma vez que, grande parte das pesquisadoras com trabalhos relevantes e de ampla repercussão na disciplina, vêm modificando a maneira de se pensar e fazer antropologia.

Levando-se em consideração esses aspectos, pode-se afirmar que, hoje não seria ousadia sugerir a criação de um novo termo de maneira a incluir as mulheres no campo da antropologia.

---

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência da Antropologia, estuda os seres humanos em sua totalidade, buscando saber a sua origem, como se deu a formação da cultura destes seres humanos e como eles vivem em uma determinada sociedade. Sob esse aspecto, salienta-se que é importante determinar a Antropologia através do ponto de vista feminino, já que as mulheres sempre buscaram meios para garantir a igualdade dos gêneros, para conquistar os direitos iguais, demonstrando ter força e capacidade para atuar em todos os âmbitos.

Sendo assim, percebe-se que por meio das lutas feministas, as mulheres foram conquistando o seu espaço e demonstrando o quanto a união para garantir a igualdade, colabora para a valorização das mulheres diante da sociedade em geral, beneficiando-as com objetivos alcançados e proporcionando mudanças em todos as áreas.

No primeiro tópico abordou-se sobre a Antropologia, descrevendo o conceito, a sua origem, sua etimologia, salientando também que este campo do saber não é um objeto concreto ou plenamente claro, visto que não é possível conceituar completamente o homem em todos os seus aspectos, mas a real questão repousa no debate sobre as diferenças humanas.

O segundo tópico traz informações acerca das várias vertentes que compõem a Antropologia, com destaque para áreas: biológica, filosófica, jurídica e cultural. Observou-se que independente da área, os conceitos e objetos de estudo foram evoluindo no decorrer do tempo, sobretudo no que concerne ao abandono do viés racial das disciplinas das ciências humanas.

O terceiro tópico salientou sobre o feminismo e a Antropologia Feminista, o qual descreve a mulher na sociedade, demonstrando as lutas feministas e como a sociedade visualizava e ainda visualiza a figura feminina. Em relação a Antropologia feminista, apresentou-se brevemente sobre a necessidade de um aprofundamento dos estudos, que auxiliem no desenvolvimento de um termo que possa incluir factualmente as mulheres no campo de estudos sociais, valorizando os seus registros.

Em conclusão, nota-se que o estudo atingiu o objetivo de discutir acerca da Antropologia e a sua relação com as mulheres, corroborando para atingir em maiores proporções o desenvolvimento de um estudo aprofundado sobre a importância da ressignificação da figura feminina na ciência antropológica.

## 6 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adriana Lopes de. **A representação da mulher no romance contemporâneo de**

**autoria feminina paranaense.** 2012, 153 f. Dissertação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

ASSIS, Olney Queiroz; KUMPEL, VITOR FREDERICO. **Manual de antropologia jurídica.** Saraiva Educação SA, 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos.** Tradução Sérgio Milliet. 3. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

CARVALHO, Débora Jucely. A conquista da cidadania feminina. **Revista multidisciplinar da UNIESP Saber Acadêmico**, n. 11, p. 143-153, 2011.

CUNHA, Jorge Luiz da. **Antropologia cultural.** E-book, Universidade Federal de Santa Maria, 2011.

FELDENS, Dinamara Garcia; FUSARO, Luana Garcia Feldens; CARVALHO, Lucas de Oliveira. Antropologia, cultura e indivíduo: reflexões sobre identidade. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 12, n. 21, p. 282-292, 2018. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/5256>. Acesso em: 08 set. 2020.

FELDENS, Dinamara Garcia; FUSARO, Luana Garcia Feldens; CARVALHO, Lucas de Oliveira. Antropologia, cultura e indivíduo: reflexões sobre identidade. **Poiésis-Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, v. 12, n. 21, p. 282-292, 2018. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/5256>. Acesso em: 08 set. 2020.

FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Genealogia da antropologia feminista no brasil: um olhar sobre a emergência do ensino de gênero nas ciências humanas na Bahia. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress.** 2017. Disponível em: [http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499479254\\_ARQUIVO\\_texto\\_felipefazendogenero.pdf](http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499479254_ARQUIVO_texto_felipefazendogenero.pdf). Acesso em: 08 set. 2020.

GASPAR NETO, Verlan Valle. Antropologia biológica no brasil: esboço para um retrato. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 14, n. 3, 2017.

JACOMEL, Mirele Carolina Werneque; PAGOTO, Cristian. Cultura patriarcal e representação da mulher na literatura. **Ideação**, v. 11, n. 1, p. 09-23, 2008.

JOLIF, Jean Yves. **Compreender o homem: introdução a uma antropologia filosófica.** Editôra Herder, 1970.

KANT, I. **Antropologia de um ponto de vista pragmático.** Trad. de Clélia Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia.** São Paulo: Brasiliense, 2003. P. 95-98.

MAIZZA, Fabiana. De mulheres e outras ficções: contrapontos em antropologia e feminismo. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 19, n. 1, p. 103-135, 2017.

MONDIN, Battista. **O homem, quem é ele? Elementos de antropologia filosófica**. São Paulo: Paulinas, 1986.

OTTO, Clarícia. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, p. 238-241, 2004.

PORFÍRIO, Francisco. "Dominação para Max Weber". **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/dominacao-para-max-weber.htm>. Acesso em: 30 de setembro de 2020.

QUEIROZ, Pedro Fernandes de; SOBREIRA, Antonio Gonçalves. **Antropologia Geral**. 1ª ed., Inta, p. 1-88, 2016. Disponível em: <https://md.uninta.edu.br/geral/antropologia-geral/pdf/antropologia-geral.pdf>. Acesso em: 08 set. 2020.

QUEIROZ, Pedro Fernandes de; SOBREIRA, Antonio Gonçalves. **Antropologia Geral**. 1ª ed., Inta, p. 1-88, 2016. Disponível em: <https://md.uninta.edu.br/geral/antropologia-geral/pdf/antropologia-geral.pdf>. Acesso em: 08 set. 2020.

QUEIROZ, Sinara Leite. Distinções entre antropologia e filosofia. **Revista Pandora Brasil**, p. 87-98., 2011. Disponível em: [http://revistapan5.dominiotemporario.com/revista\\_pandora/filosofia\\_34/sinara.pdf](http://revistapan5.dominiotemporario.com/revista_pandora/filosofia_34/sinara.pdf). Acesso em: 08 set. 2020.

RECHENBERG, Fernanda. **Antropologia 1**. Apostila do curso de Ciências Sociais – Universidade Federal de Alagoas, 2013.

ROULAND, Norbert. **Nos confins do direito: antropologia jurídica da modernidade**. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SANTOS FARIAS, Mércia Cristina dos; SANTOS, Núbia Maria Soares dos. **A trajetória da figura feminina na literatura pelos olhares de Graciliano Ramos e Raquel de Queiroz**. II Conedu – Congresso Nacional de Educação, 2015. Disponível em: [http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV045\\_MD1\\_SA2\\_ID2140\\_12082015204345.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV045_MD1_SA2_ID2140_12082015204345.pdf). Acesso em 08 set. 2020.

SANTOS, Boaventura de S. **Os direitos humanos na pós-modernidade**. In: Direito e sociedade. Coimbra, n 4, 1988.

SANTOS, Ricardo Ventura. Intelectualmente “impuros e maculados”: reflexões sobre a formação em antropologia biológica no diálogo com outros campos da antropologia. **Amazônica-Revista de Antropologia**, v. 3, n. 1, 2011.

STRATHERN, Marylin. Uma relação incômoda: o caso do feminismo e da antropologia. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 83-104, jul/dez. 2009.